



Advocacia-Geral da União  
Procuradoria-Geral Federal  
Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

PROCEDIMENTO ARBITRAL Nº 64/2019/SEC7  
CENTRO DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ –  
CAM-CCBC

**PETIÇÃO 26 DA REQUERIDA - MANIFESTAÇÃO EM ATENDIMENTO À ORDEM  
PROCESSUAL Nº 22**

---

**VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**  
(Requerente)  
**Vs.**  
**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT**  
(Requerida)

**TRIBUNAL ARBITRAL**  
Carlos Ari Vieira Sundfeld  
Carlos Alberto Carmona  
Paula Andrea Forgioni



1. A **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT**, na qualidade de Requerida no procedimento arbitral em epígrafe, representada pelos membros da Advocacia-Geral da União infra-assinados, vem apresentar a presente manifestação em atendimento ao § 175, item [ii], da Ordem Processual nº 22 (OP 22), de 17 de janeiro de 2022, cujo prazo foi prorrogado pela Ordem Processual nº 24, de 31 de janeiro de 2022.
2. Por meio da OP 22, o Tribunal Arbitral conferiu prazo para que, apresentadas as manifestações e diligências elencadas na referida Ordem que dá seguimento à instrução processual, as Partes exerçam o contraditório sobre a manifestação da contraparte (§175, [ii], OP 22). Registra-se que, por meio da Ordem Processual nº 24, o Tribunal Arbitral prorrogou o prazo delimitado no § 175, item [ii], até 20 de maio de 2022.
3. À vista disso, em 18 de março de 2022, a Requerente apresentou a Petição nº 29 elencando o rol de testemunhas técnicas que pretende inquirir em audiência e pugnando, em síntese: i) pelo conhecimento do pedido de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro devido à glosa de valores da verba de segurança no trânsito, em razão da inexistência de prescrição; ii) cabimento de uma série de despesas alegadamente devidas à título de perdas e danos; e iii) pela juntada de diversos novos documentos.
4. Diante disso, em cumprimento ao §175, [ii], da OP 22 e em razão do ineditismo de vários pontos arrolados na manifestação da Requerente, a Requerida passa a esclarecer juridicamente a impertinência das fundamentações ali constantes.

***i) DA INDICAÇÃO DOS MARCOS QUE ATESTAM A PRESCRIÇÃO DO PEDIDO DE RECOMPOSIÇÃO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DEVIDO À GLOSA DE VALORES DA VERBA DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO***

5. Ao avaliar a preliminar aventada pela Requerida, relacionada à prescrição do pedido de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato devido à glosa de valores da verba de segurança no trânsito, o Tribunal, por meio da OP nº 22, entendeu, em síntese, que o prazo prescricional seria quinquenal, **iniciado em 10 de outubro de 2012.**
6. Além disso, definiu o Tribunal pela incidência de **causa de suspensão do prazo prescricional iniciada em 13 de agosto de 2015**, em razão da apresentação da carta VB-

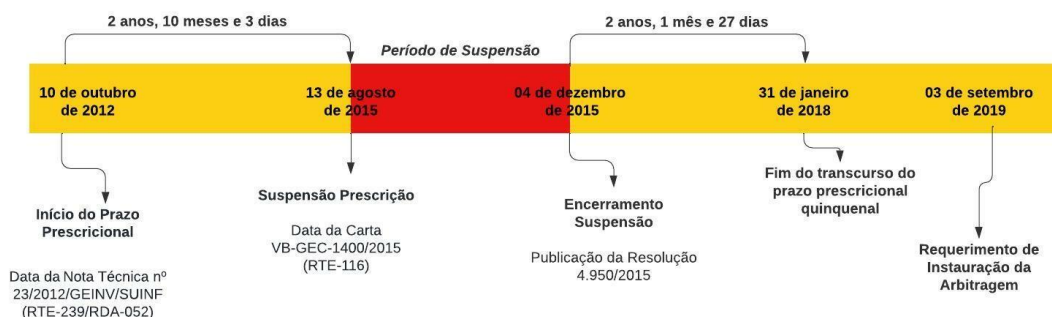


GEC-1400/2015 (RTE-116), que desencadeou, na visão externada pelo Tribunal, a rediscussão do pedido na via administrativa, restando em aberto somente definir qual seria a data exata em que fora encerrada a suspensão prescricional.

7. Observa-se que, além de ter definido o marco inicial do prazo prescricional (10 de outubro de 2012) e a data de início da suspensão do prazo (13 de agosto de 2015), amplamente consignado pela própria Requerente no bojo do presente procedimento, o Tribunal estabeleceu que o encerramento da suspensão seria a data em que a VIABAHIA tomou conhecimento do indeferimento parcial do seu pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no âmbito da 5ª revisão ordinária e 8ª revisão extraordinária.

8. Pois bem, avaliando tecnicamente a questão, a Requerida, em sua petição 25, demonstrou que o pleito constante na carta VB-GEC-1400/2015 (RTE-116) foi resolvido pela 5ª revisão ordinária e 8ª revisão extraordinária, confirmada pela Diretoria Colegiada por meio da Resolução nº 4.950, de 02 de dezembro de 2015 (RDA-133), **publicada no DOU de 04 de dezembro de 2015** (RDA-248).

9. De forma didática e atenta aos marcos definidos, a Requerida apresentou a seguinte representação gráfica que demonstra, de forma clara, a incidência da prescrição na espécie:



10. É importante frisar que esse raciocínio decorreu do próprio caminho argumentativo empreendido pela Requerente que, em diversas oportunidades, fez consignar que seu alegado direito decorreu da glosa efetivada pela Requerente em 10 de outubro de 2012, rediscutida pela apresentação da carta VB-GEC-1400/2015 (**RTE-116**), senão vejamos:



212. No entanto, para a surpresa da VIABAHIA, em 10 de outubro de 2012, a ANTT glosou parte considerável das despesas incorridas pela Requerente, sob o errôneo entendimento que estas despesas não poderiam ser contabilizadas uma vez que foram "incorridas antes da celebração do Convênio", conforme consta da Nota Técnica nº 23/2012/GEINV/SUINF (RTE-239).

**Réplica:**

505. No entanto, de forma contrária à expectativa da Requerente, por meio da Nota Técnica nº 23/2012, o ressarcimento dos valores lhe foi negado pela Agência, acarretando na glosa, por parte da ANTT, da quantia correspondente à verba repassada.

506. Ocorre que a VIABAHIA, ao ver frustradas suas expectativas de ressarcimento, buscou a via administrativa (RTE-116), ao longo das Revisões Extraordinárias, para pleitear os valores indevidamente glosados.

507. Dessa forma, com a instauração do procedimento administrativo, tem-se a suspensão da mencionada prescrição, conforme entendimento jurisprudencial já consolidado<sup>173</sup>.

11. Ocorre que, apesar do Tribunal já ter manifestado seu entendimento em relação aos marcos prescricionais incontestes, a Requerente, surpreendentemente, apresentou novos argumentos e teses totalmente contrários àqueles delineados nos presentes autos, com a clara intenção de criar um cenário totalmente descolado da realidade e de confundir este Tribunal, em evidente demonstração de má-fé processual.

12. De início, na presente oportunidade a Concessionária afirma que a suspensão na contagem do prazo prescricional teria iniciado tão somente quando da apresentação de uma segunda carta - a Carta VB-GEC 0500/2016 (RTE-533), de 19 de abril de 2016 – que buscou rediscutir mais uma vez o pleito na esfera administrativa.

13. Trata-se de mais uma artimanha utilizada pela Requerente para tentar desmerecer a sucessão dos fatos conforme ocorreram, a fim de indicar um cenário hipotético que subsidie a existência de um direito inexistente.

14. Conforme exhaustivamente esclarecido ao longo deste procedimento, em 21 de março de 2012, a Concessionária VIABAHIA apresentou a Carta VB-GEC-0236/2012, por meio da qual encaminhou sua Prestação de Contas dos recursos adquiridos com a verba de segurança de trânsito para o 2º ano-concessão. A prestação de contas foi analisada por meio da Nota Técnica nº 23/2012/GEINV/SUINF, **de 10 de outubro de 2012**, que não aceitou a aquisição de alguns bens, por terem sido adquiridos em data anterior à vigência do Convênio.

15. Irresignada, a VIABAHIA buscou novamente a via administrativa para pleitear os valores glosados por meio da Carta VB-GEC-1400/2015, de **13 de agosto de 2015**, que teve como objeto a proposta da 5ª revisão ordinária e 8ª revisão extraordinária, aprovada pela



Diretoria Colegiada por meio da Resolução nº 4.950, de 02 de dezembro de 2015, publicada no DOU de **04 de dezembro de 2015**.

16. Aqui vale reforçar um ponto relevante: apesar da Requerente vir agora afirmar que "*seguir o calendário imposto pela ANTT por meio do Ofício nº 0001/2014/SUINF (RTE-536)*", é preciso esclarecer que o mencionado Ofício nº 0001/2014/SUINF, de 13 de janeiro de 2014, retifica o anterior Ofício Circular nº 27/2013/SUINF, de 03 de maio de 2013, definindo o calendário de prazos das Concessionárias de rodovias para a apresentação à ANTT das propostas de revisão ordinária e extraordinárias da Tarifa Básica de Pedágio.

17. Observa-se que, acatando a dicção do Tribunal de que a reapreciação do mérito do pleito pode suspender o prazo prescricional, após a glosa das verbas de segurança de trânsito, realizada em 2012, a VIABAHIA poderia ter questionado o ato administrado **ATÉ** – e não apenas - **13 de agosto de 2013** (durante a 3ª Revisão Ordinária e 4ª Revisão Extraordinária, seguindo o calendário do Ofício Circular nº 27/2013/SUINF) ou **ATÉ** – e não apenas - **13 de agosto de 2014** (durante a 4ª Revisão Ordinária e 6ª Revisão Extraordinária, seguindo o cronograma do Ofício nº 0001/2014/SUINF).

18. No entanto, a própria Requerente optou por questionar a decisão administrativa e reapresentá-la apenas em **13 de agosto de 2015**, quando já ultrapassados quase três anos da decisão publicada pela Agência. E mais: não bastasse a flagrante inércia, a Requerente vem pleitear que tão somente após a reanálise de seu pleito extemporâneo é que se inicie o prazo prescricional, embasado num flagrante malabarismo argumentativo de própria torpeza que de tão autofágico não merece grandes esforços para ser afastado.

19. A questão é de veras simples: a negativa do pedido de reequilíbrio em razão da não conformidade da utilização das verbas destinadas à segurança de trânsito para o ano de 2011 se deu em **10 de outubro de 2012**, prazo no qual se inaugurou a prescrição. Admitida eventual suspensão pela reapreciação do pedido, essa se deu em **13 de agosto de 2015**, quando a Requerente trouxe novamente à baila o mérito da questão para reanálise pela Agência, findando em **04 de dezembro de 2015**, em decorrência da publicação da decisão proferida pela Requerida.

20. Além disso, é preciso alertar que o documento agora apontado pela Requerente como marco inicial do prazo prescricional (RTE-533), datado de 19 de abril de 2016, refere-

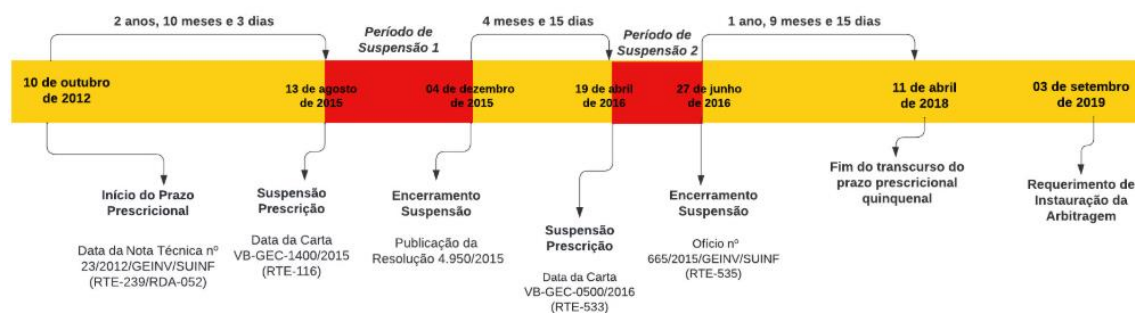


se, na verdade, a um novo pedido de reconsideração daquilo que já havia sido definido administrativamente. Nesse caso, não houve qualquer alteração do entendimento empreendido e externalizado pela ANTT, fazendo consignar, naquela oportunidade, de forma expressa, que o pleito não seria mais discutido na via administrativa (RTE-535).

21. Duas questões ficam claras nesse ponto.

22. O primeiro é a reiterada conduta da Requerente de buscar, a todo tempo, a reapreciação de pleitos já decididos com trânsito em julgado administrativo, para depois fazer incutir neste Tribunal a incoerente e desarrazoada premissa de que a renovação das pretensões já analisadas desencadearia novos marcos prescricionais – que na verdade foram iniciados desde a negativa do pleito meritório na esfera administrativa, em decisão de última instância.

23. A segunda diz respeito à constatação de que, ainda que se entenda o pedido repetido como novo marco de suspensão, haveria, de forma inequívoca, prescrição do pleito referido, senão vejamos à título exemplificativo uma nova representação gráfica que retrata a sucessão de marcos atinentes à questão:



24. Talvez antevendo a fragilidade da construção sustentada, a Requerente lança um último argumento para propor que “o prazo da prescrição quinquenal se inicia apenas após o término da vigência da Concessão, conforme entendimento fixado na jurisprudência”, alegando, ainda, que a cláusula 33.2.1 do Contrato prevê o exercício desse direito se dê a qualquer tempo.

25. De antemão, é preciso deixar claro que o teor da referida cláusula 33.2.1 do Contrato trata da possibilidade de exercício, a qualquer tempo, de obrigação prevista no contrato mesmo quando historicamente tenha se constatado um cenário de não exercício,



ou exercício tardio ou parcial, afastando aquilo que a dinâmica contratual denomina de *surrectio* e *suppressio*. No caso dos autos, constatamos que tanto a Requerente - ao apresentar seu pleito na via administrativa -, como a Requerida - ao tecnicamente afastá-lo à luz das normas contratuais -, exerceram suas respectivas atribuições, competências e direitos alegadamente constantes do contrato, não havendo que se falar, portanto, em não exercício desses direitos.

26. De forma substancialmente diferente ao que propõe a Requerente, o caso ora em análise trata, tecnicamente, do conceito de prescrição, que visa evitar a eternização dos litígios, aplicando a proteção da segurança jurídica e a estabilidade das relações sociais, incidindo a partir da alegada violação ao direito sustentado, o que afasta, de forma peremptória, a dicção da cláusula sustentada pela Requerente de forma retórica.

27. Não há – como se viu de forma reiterada – não exercício de direitos pelas Partes contratantes, mas sim divergências interpretativas e um alegado direito violado sustentado pela Requerente, a partir da decisão efetivada em **10 de outubro de 2012**, data na qual iniciou-se o prazo para exercício da pretensão.

28. Como consectário desse raciocínio, falece também de qualquer sustentação racional o argumento da concessionária de que o prazo prescritivo quinquenal se iniciaria apenas após o término da vigência da Concessão, já que o contrato resguarda o direito da concessionária ao reequilíbrio econômico-financeiro.

29. Para ventilar tal construção, a Requerente traz à baila precedente judicial que discute a legalidade de um aditivo contratual, totalmente diferente do caso ora apreciado. Em resumidas linhas, o pleito apresentado se sustenta na insurgência em relação à apreciação da Prestação de Contas dos recursos adquiridos com a verba de segurança de trânsito para o 2º ano-concessão, negado pela Nota Técnica nº 23/2012/GEINV/SUINF, de **10 de outubro de 2012**.

30. Trata-se, portanto, de um evento único no qual a VIABAHIA entende que tenha havido violação e lesão ao seu direito, momento em que nasce a pretensão de ação e se inicia a prescrição. Nesse sentido, é clara a dicção da norma civil brasileira, senão vejamos:

Art. 189. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206.



31. Sobre esse assunto, a doutrina – inclusive verberando vários dos termos utilizados pela Requerente – aduz que quando “expresso pronunciamento da Administração, que venha a rejeitar formalmente o pleito do sujeito, é evidente que, a partir da ciência do ato administrativo denegatório, surge a lesão e, de resto, a própria pretensão, com o que se inicia a contagem do prazo prescricional de 5 (cinco) anos”<sup>1</sup>.

32. Isso porque, não há dúvidas de que o direito brasileiro adota quanto à prescrição a teoria da *actio nata*, que entende que o prazo prescricional começa a correr no mesmo instante em que nasce a pretensão de direito material. Sobre este ponto, é claro o entendimento do STF:

“o **marco inicial** para a contagem da prescrição, em observância ao princípio da *actio nata*, é a **data da primeira fatura apresentada pela Celg, qual seja, julho de 1993**. Reforço que o lapso temporal para o exercício da pretensão em juízo começa a fluir **a partir do conhecimento da lesão do direito**, momento em que é possível ao seu titular reclamá-lo.” (STF - AgR-segundo ACO: 1853 GO - GOIÁS 9954442-57.2011.1.00.0000, Relator: Min. GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 17/08/2018, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-177 29-08-2018)

33. Certo, portanto, que já decorreram mais de 05 (cinco) anos do fato ensejador do eventual direito pleiteado, a Requerida pugna que este I. Tribunal reconheça a prescrição da pretensão manifestada nestes autos.

#### **ii) DELIMITAÇÃO DO PLEITO DE PERDAS E DANOS**

34. O pleito de indenização por “perdas e danos” foi apresentado pela VIABAHIA já em suas alegações iniciais, de forma genérica e sem qualquer indicação de fatos específicos e dos liames causais entre condutas da ANTT e as alegadas lesões. O pleito foi lançado nos seguintes termos, sem nenhuma fundamentação prévia ou posterior:

---

<sup>1</sup> Cunha, Leonardo Carneiro, In A Fazenda Pública em Juízo, 10ª ed., 2012, p. 76.





“h) A condenação da ANTT a indenizar a Requerente por todas as perdas e danos, inclusive danos materiais e morais e lucros cessantes, tais como os decorrentes da aplicação indevida de multas, penalidades, descontos de reequilíbrio e quaisquer outras medidas regulatórias desfavoráveis, sofridos pela Requerente em razão de atrasos, ações, omissões, inadimplementos e/ou descumprimentos da ANTT e/ou do Poder Concedente, incluindo, dentre outros, a não realização das revisões previstas no Contrato, bem como a demora em avaliar, aprovar e autorizar a execução dos projetos executivos, estudos e metodologias apresentados pela Requerente, assim como em razão de eventual desvio de finalidade e abuso de poder praticado pela ANTT e/ou Poder Concedente; (fl. 53 das Alegações Iniciais).

35. A mesma exata redação foi repetida na Réplica apresentada pela VIABAHIA e na sua Petição 11. Nas duas ocasiões, o pleito foi apresentado desacompanhado de qualquer fundamentação específica. Por fim, a VIABAHIA apresentou pedido de produção de prova pericial e documental complementar sobre o tema (Petição 26 da Requerente).

36. Apenas após reiterados pedidos da ANTT e determinação expressa deste Tribunal Arbitral<sup>2</sup>, a VIABAHIA finalmente buscou conferir algum grau de concretude ao pedido, para, ao menos, possibilitar o exercício do contraditório por parte desta Agência. A manifestação da VIABAHIA sobre o tema está em sua Petição 29, na qual declara sua intenção de, por meio da exposição ali trazida, promover a “*delimitação do pleito de perdas e danos*”.

37. Em sua narrativa (Petição 29 da Requerente), a VIABAHIA alega que as perdas e danos decorreram do atraso da ANTT na realização da revisão quinquenal do contrato de concessão, dividindo-se em 3 aspectos: (i) Perdas decorrentes da deterioração das condições de financiamento da Concessão; (ii) Perdas decorrentes da aplicação indevida do Desconto de Reequilíbrio; (iii) Perdas decorrentes da sanha persecutória da ANTT. Os argumentos apresentados passam a ser analisados separadamente, a seguir.

---

<sup>2</sup> §86 – Ordem Processual nº 22



### **3.1 Perdas decorrentes da deterioração das condições de financiamento da Concessão**

38. Segundo alega a VIABAHIA, o atraso na realização da revisão quinquenal teria sido a causa de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, pois a alteração do cenário econômico teria gerado *“o comprometimento do desempenho econômico e financeiro da Concessão”* que, por sua vez, teria sido *“determinante para a não liberação dos subcréditos do Contrato de Financiamento de Longo Prazo já firmado junto ao BNDES”*<sup>3</sup>.

39. Prossegue a concessionária afirmando que *“a liberação dos recursos já contratados foi negada pela mora da ANTT em promover a Revisão Quinquenal nos termos do Contrato”*<sup>4</sup>. E conclui sustentando ter direito de ser indenizada *“pelos danos causados pela ANTT decorrentes da perda das condições de financiamento da Concessão quando da nova negociação para obtenção de linha de crédito”*<sup>5</sup>.

40. Tendo em vista que a discussão, nesse momento, limita-se aos aspectos relativos à produção probatória, constitui dever processual da ANTT trazer alguns esclarecimentos pontuais, que auxiliarão este Tribunal Arbitral na elucidação da matéria.

41. Cabe sublinhar algumas (ao menos as principais) inverdades suscitadas pela VIABAHIA em sua petição.

42. Primeiro, é falsa a alegação de que o atraso da revisão quinquenal ocasionou qualquer perda para a concessionária em termos de condições mais favoráveis de financiamento que, como ela própria alega, já havia sido contratado anteriormente. Como demonstrado na defesa da ANTT, o descumprimento contratual da VIABAHIA é EXTREMO e se verifica praticamente logo após a assinatura do contrato.

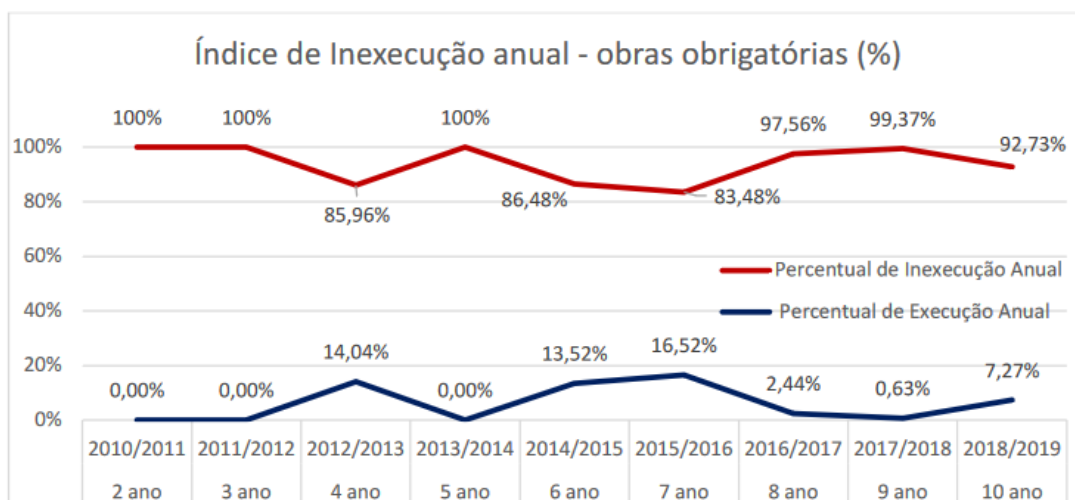
43. Trazemos aqui gráfico elucidativo apresentado na tréplica da ANTT, que demonstra a inexecução contratual ano a ano, desde o início da execução do ajuste:

---

<sup>3</sup> § 25 - Petição 29 da Requerente

<sup>4</sup> §35 – Petição 29 da Requerente

<sup>5</sup> §36 – Petição 29 da Requerente



44. Não se pode esquecer que em 2013 foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta que teve por finalidade evitar a caducidade da concessão, dado o amplo descumprimento das obrigações contratuais, muito antes do marco para a realização da revisão quinquenal. A matéria está amplamente demonstrada nas petições anteriores da ANTT, em especial nas páginas 18-67 da tréplica. Como sustentado na tréplica apresentada por esta Agência: *“A alegada inadimplência da ANTT na realização da revisão quinquenal (prevista para ocorrer ao final do ano 2014) é muito posterior ao vencimento das obrigações inadimplidas pela concessionária!”*<sup>6</sup>.

45. A suspensão dos repasses de recursos pelo BNDES, no âmbito do contrato de financiamento já firmado com a concessionária – como inclusive ela mesma reconhece – parece ter decorrido da inadimplência da requerente em relação ao contrato de concessão, como bem demonstrado na tréplica da ANTT (fls. 129-137).

46. Como demonstrado naquela ocasião, a liberação dos créditos no contrato de financiamento exigia da requerente *“estar adimplente com o contrato de concessão”*<sup>7</sup> e, como se sabe, a VIABAHIA encontra-se inadimplente muito antes do final de 2014 – momento previsto para a revisão quinquenal.

<sup>6</sup> Página 66 - Tréplica

<sup>7</sup> Página 134 - Tréplica



47. A VIABAHIA confessa ter recebido do BNDES 11% dos recursos relativos à execução das obras condicionadas<sup>8</sup>, ou seja, recebeu os recursos, mas sequer iniciou a execução, o que sugere a configuração de uma situação na qual o banco teria fundamentos para a suspensão dos repasses.

48. Dessa forma, não há qualquer evidência nos autos de que a não liberação dos recursos do financiamento decorreram de atraso da revisão quinquenal, mas há fartos elementos que sugerem ter decorrido de descumprimento contratual pela VIABAHIA, muito antes de qualquer crise econômica ou atraso da ANTT na promoção da revisão contratual.

49. Por fim, resta novamente registrar que há cláusula contratual específica disciplinando a alocação de risco de financiamento, como já amplamente discutido e demonstrado. A VIABAHIA assumiu, voluntariamente, o risco de financiamento, o que implica reconhecer que deve ela assumir integralmente qualquer consequência decorrente da sua não obtenção ou de sua obtenção em condições mais ou menos favoráveis, bem como de quaisquer alterações ocorridas nas políticas dos bancos financiadores. O contrato de concessão não traz qualquer garantia à concessionária quanto ao oferecimento ou obtenção de uma linha de financiamento específica, inexistindo fundamento jurídico para qualquer expectativa da concessionária nesse sentido, e menos ainda para a formulação de qualquer pleito indenizatório em razão das condições do financiamento efetivamente contratado.

50. Quanto a este pleito, a ANTT está de acordo com a VIABAHIA apenas no ponto em que sustenta ser desnecessária a realização de prova pericial, pois *“a controvérsia se centra em elementos precipuamente jurídicos”* (parágrafo 40 de sua Petição 29). De fato, a questão se resolve no âmbito puramente jurídico, de interpretação contratual acerca da alocação de riscos contratuais. Assim, há acordo das partes quanto à exclusão deste ponto do escopo da fase de instrução probatória.

### **3.2 Perdas decorrentes da aplicação indevida do Desconto de Reequilíbrio**

---

<sup>8</sup> §264 - Réplica



51. O segundo aspecto apontado como causador de perdas e danos foi denominado pela VIABAHIA como resultantes da aplicação indevida do desconto de reequilíbrio, conforme se verifica nos parágrafos 41-48 da sua Petição 29.

52. Segundo sustenta a VIABAHIA, teria a ANTT aplicado desconto de reequilíbrio, com fundamento no contrato de concessão, em razão de sua inexecução contratual. Porém, entende que tal agir desta Agência estaria equivocado na medida em que esses descumprimentos seriam relativos a obrigações que, supõe ela, seriam alteradas ou eliminadas na revisão quinquenal, que não ocorreu na data prevista contratualmente.

53. A fundamentação, em especial a citação trazida no parágrafo 45 da Petição 29 da Requerente, deixa mais claro o argumento: segundo a VIABAHIA, a revisão quinquenal alteraria o modelo contratual de trechos homogêneos, com base no qual é calculado o desconto de reequilíbrio. Dessa forma, como não houve a revisão, manteve-se a regra contratual original que, segundo alega, é *“disfuncional e impreciso, causando a aplicação inadequada do Desconto de Reequilíbrio”*<sup>9</sup>.

54. Vemos aqui mais um argumento sem qualquer sentido apresentado pela VIABAHIA.

55. Parte ela de uma premissa que é absolutamente falsa e sem qualquer fundamento: a de que a revisão quinquenal alteraria a regra contratual original que estabelece os trechos homogêneos.

56. A regra contratual sobre os trechos homogêneos foi aceita voluntariamente pela concessionária no momento da contratação e não há absolutamente nenhum fundamento legal que dê suporte a um suposto direito à alteração desta regra. Se a suposição de que a revisão quinquenal alteraria a regra dos trechos homogêneos já é carente de fundamentação nos fatos e no Direito, mais ainda é a conclusão de que a não alteração dessa regra gerou danos à concessionária, ou seja, de que a mera aplicação do contrato de concessão constitui ação ilícita da ANTT, apta a gerar qualquer direito a indenização.

57. O pedido de produção de prova técnica pericial sobre o ponto é algo realmente incompreensível. Pretende a concessionária que a prova pericial ocorra em um mundo

---

<sup>9</sup> §73 e 74 do Caderno IV da Parte Especial da Petição 5 da Requerente e §45 da Petição 29



paralelo, num cenário hipotético no qual a regra dos trechos homogêneos teria sido alterada em uma revisão quinquenal, que teria passado a dispor sobre o tema na forma pretendida pela própria concessionária, para daí extrair um possível dano decorrente da aplicação do desconto de reequilíbrio.

58. A situação seria, em termos processuais, para lá de pitoresca, pois a perícia ocorreria em um *multiverso* diferente do que vivemos, puramente hipotético e baseado no mais completo e absoluto vazio jurídico. Em síntese: não existe direito da concessionária de alterar a regra dos trechos homogêneos, prevista em contrato, muito menos de pretender extrair da sua não alteração a ocorrência de um dano indenizável.

### **3.3 Perdas decorrentes da sanha persecutória da ANTT**

59. Por fim, o último e mais inusitado aspecto do pleito de perdas e danos: alega a VIABAHIA que a ANTT lhe causou danos ao lhe aplicar multas em razão do inadimplemento das obrigações...que realmente inadimpliu!

60. A VIABAHIA chama de “sanha persecutória” da ANTT a aplicação de multas em razão dos descumprimentos de parâmetros de desempenho, de obras e serviços obrigatórios, de obras condicionadas, com base no contrato de concessão e diante de inadimplemento real dessas obrigações.

61. Sustenta, para buscar algum sentido nesse pleito, que essas obrigações que inadimpliu não mais existiriam caso a ANTT tivesse realizado a revisão quinquenal, ou seja, a culpa pelo inadimplemento contratual da VIABAHIA foi da própria ANTT.

62. Mais uma vez, a VIABAHIA busca atribuir todo o seu inadimplemento contratual, amplamente demonstrado nesses autos, à não realização da revisão quinquenal, buscando impor a este Tribunal a aceitação de uma premissa falsa, a de que possui direito à realização dessa revisão nos moldes que ela própria deseja. Como demonstrado pela ANTT de forma exaustiva, a VIABAHIA não tem qualquer direito a um conteúdo específico de revisão quinquenal e a afirmação do contrário não encontra fundamento no contrato. As penalidades aplicadas pela ANTT à concessionária tiveram seu fundamento jurídico no



contrato de concessão e seu fundamento fático no descumprimento das obrigações, como reconhece a própria concessionária.

63. O pedido formulado, nesse ponto, é de indenização por perdas e danos em razão de despesas contra as penalidades aplicadas (sem indicar especificamente quais), em relação a contratação de advogados para a atuação nos âmbitos administrativo e judicial.

64. Sobre este ponto, duas ponderações merecem registro: primeiro, que a contratação de advogados para a representação judicial e extrajudicial dos interesses da concessionária é algo inerente ao contrato de concessão, dada sua complexidade, a relação jurídica estabelecida entre as partes, as possíveis disputas na interpretação do contrato, o longo prazo de vigência, etc. Dispor de um corpo de advogados é o mínimo que se espera de uma concessionária de rodovias como a Requerente, não havendo qualquer razoabilidade na tentativa de imputar os custos dessa contratação à ANTT.

65. Segundo, há jurisprudência unânime e pacificada no sentido do descabimento de indenização pelos custos de contratação de advogados para a defesa de interesses dos contratantes, sendo essa contratação uma necessidade inerente ao exercício constitucional do contraditório e da ampla defesa. A questão encontra-se atualmente consolidada no precedente da Corte Especial do STJ que, por unanimidade, assim decidiu:

“EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. INCLUSÃO NO VALOR DA INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DANO INDENIZÁVEL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA REJEITADOS.

1. "A contratação de advogados para defesa judicial de interesses da parte não enseja, por si só, dano material passível de indenização, porque inerente ao exercício regular dos direitos constitucionais de contraditório, ampla defesa e acesso à Justiça" (AgRg no AREsp 516277/SP, QUARTA TURMA, Relator Ministro MARCO BUZZI, DJe de 04/09/2014).

2. No mesmo sentido: EREsp 1155527/MS, SEGUNDA SEÇÃO, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, DJe de 28/06/2012; AgRg no REsp 1.229.482/RJ, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe de 23/11/2012; AgRg no AREsp 430399/RS, QUARTA TURMA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe de 19/12/2014; AgRg no AREsp 477296/RS, QUARTA TURMA, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe de 02/02/2015; e AgRg no REsp 1481534/SP, QUARTA TURMA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe de 26/08/2015.



3. A Lei n.º 8.906/94 e o Código de Ética e Disciplina da OAB, respectivamente, nos arts. 22 e 35, § 1.º, prevêm as espécies de honorários de advogado: os honorários contratuais/convencionais e os sucumbenciais.

4. Cabe ao perdedor da ação arcar com os honorários de advogado fixados pelo Juízo em decorrência da sucumbência (Código de Processo Civil de 1973, art. 20, e Novo Código de Processo Civil, art. 85), e não os honorários decorrentes de contratos firmados pela parte contrária e seu procurador, em circunstâncias particulares totalmente alheias à vontade do condenado.

5. Embargos de divergência rejeitados. (REsp 1507864/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/04/2016, DJe 11/05/2016)

66. Ante o exposto, mostra-se carente de fundamento jurídico o pleito formulado, o qual se encontra, inclusive, apto a ser julgado de forma imediata e antecipada em relação aos demais pleitos formulados na presente arbitragem.

### ***iii) ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ADICIONAIS COLACIONADOS***

67. Por fim, supostamente sob a alegação de cumprir a determinação do Tribunal contida no § 174 da Ordem Processual nº 22, referente à produção de prova documental suplementar, a Requerente apresenta uma relação de 4 (quatro) páginas, com 95 (noventa e cinco) documentos adicionais, sem qualquer informação quanto à sua pertinência e serventia ao procedimento arbitral.

68. Da leitura da listagem, nota-se que a Requerente se limitou a indicar, em nota de rodapé, os itens das petições a qual se referiam os grupos de documentos, sem relacionar a qual ponto específico da discussão estaria atrelado, bem como a sua conveniência diante dos argumentos apresentados ao longo do processo e o que pretende comprovar.

69. Como se não bastasse, dentre esses documentos, encontram-se diversas manifestações soltas extraídas do processo de revisão quinquenal. Ou seja, a Requerente, ao invés de colacionar a íntegra dos autos em um documento único, a fim de facilitar a análise e eventual contraposição, optou por tumultuar o procedimento e colacionar documentos e informações desordenadas e desconexas.





70. A inobservância de tais preceitos básicos, que norteiam o bom andamento do procedimento, dificulta, inclusive, o exercício da ampla defesa e do contraditório, uma vez que a Requerida é a primeira destinatária para fins de análise e contraposição das provas apresentadas. Tal entrave se estende também ao Tribunal Arbitral, visto que a produção de prova é elemento essencial para a convicção do órgão julgador, sendo que da forma que se encontra exposta tem serventia apenas para deturpar a realidade dos fatos ou confundir o juízo.

71. De toda forma, dada a impossibilidade de discussão de cada um dos elementos novos trazidos pela requerente nos novos estudos apresentados, a ANTT manifesta sua não oposição à juntada dos referidos documentos, que serão objeto de aprofundada análise no momento processual adequado, ao fim da fase instrutória do processo.

72. Cumpre registrar, entretanto, que ao promover a juntada de três estudos inéditos, apenas nesse momento processual, a Requerente claramente busca dificultar o direito de defesa da ANTT, bem como demonstra comportamento incoerente, já que em fase anterior do procedimento insistiu no desentranhamento de documentos juntados por esta Agência, na tréplica, sob alegação de constituírem elementos novos.

### CONCLUSÃO E REQUERIMENTOS

73. Com as considerações acima, entendemos estar cumprida a determinação proferida por este Tribunal Arbitral na Ordem Processual nº 22, com a apresentação de manifestação sobre as novas alegações e documentos juntados pela VIABAHIA em sua Petição 29.

74. Desta forma, reiteramos o pedido de declaração da prescrição do pleito do pedido de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro devido à glosa de valores da verba de segurança no trânsito pelas razões acima elencadas.

75. Registramos que a juntada de estudos inéditos e complexos pela VIABAHIA nessa fase processual surpreendeu esta Agência e impossibilitou o exercício do contraditório pleno sobre seu conteúdo, pois a abordagem adequada do tema demandaria prazo muito maior que o conferido e esperado pelo Tribunal na OP. 22.



Advocacia-Geral da União  
Procuradoria-Geral Federal

Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

76. Portanto, entendemos que o conteúdo dos referidos estudos poderá ser adequadamente enfrentado e desconstruído pela ANTT ao longo da instrução probatória, tendo este II. Tribunal o dever de assegurar o exercício das garantias processuais prescritas pela Constituição Federal neste procedimento.

77. Por fim, requer que este *i.* Tribunal Arbitral dê seguimento ao processo, designando a data de realização da audiência de oitiva das testemunhas técnicas, intimando previamente as Partes para comparecimento.

Brasília, 20 de maio de 2022.

JONAS RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR  
Procurador Federal

ROBERTA NEGRÃO COSTA WACHHOLZ  
Procuradora Federal

KALIANE WILMA CAVALCANTE DE LIRA  
Procurador Federal

PRISCILA CUNHA DO NASCIMENTO  
Procuradora-Geral da ANTT

MILTON CARVALHO GOMES  
Procurador Federal

SILVIA MACHADO LEÃO  
Procuradora Federal

ISABELLA SILVA OLIVEIRA CAVALCANTI  
Procuradora Federal



## LISTA DE DOCUMENTOS

RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE ARBITRAGEM	
<b>RDA-001</b>	Contrato de Concessão
<b>RDA-002</b>	1º, 2º e 3º termos aditivos contratuais
<b>RDA-003</b>	Programa de Exploração da Rodovia - PER
MANIFESTAÇÃO DE 18/02/2020 SOBRE REVOGAÇÃO DAS LIMINARES	
<b>RDA-004</b>	Edital de Concessão nº 001/2008
<b>RDA-005</b>	Portaria PGF nº 911, de 10 de dezembro de 2018
<b>RDA-006</b>	Sentença proferida na ACP nº 1000238-14.2017.4.01.3307
<b>RDA-007</b>	Sentença proferida na ACP nº 6049-88.2011.4.01.3304
<b>RDA-008</b>	Sentença proferida na ACP nº 8290-50.2016.4.01.3307
<b>RDA-009</b>	Decisão proferida na ACP nº 1002166-29.4.01.3307
<b>RDA-010</b>	Resolução ANTT nº 675/2004
<b>RDA-011</b> <b>(RDA - 093)</b>	Resolução ANTT nº 5.859/2019
<b>RDA-012</b>	Ofício SEI 18477/2019/GEFIR/SUINF/DIR/ANTT
<b>RDA-013</b>	Carta VB-GEC-1191/2019
<b>RDA-014</b>	Carta VB-GEC-1192/2019
<b>RDA-015</b>	Acórdão TCU nº 2190
<b>RDA-016</b>	Acórdão TCU nº 2061
<b>RDA-017</b>	Segunda decisão proferida na ação cautelar nº 1023220-63.2019.4.01.3400
<b>RDA-018</b>	Nota técnica SEI nº 97/2020/GEFIR/SUINF/DIR
<b>RDA-019</b>	Termo de Ajuste de Conduta – TAC
PETIÇÃO 1 - MANIFESTAÇÃO DE 17.04.2020 SOBRE A ORDEM PROCESSUAL Nº 03	
<b>RDA-020</b>	Carta VIABAHIA VB_GEC_0358_2020__Suspensao_de_prazos__AI_5657
<b>RDA-021</b>	Carta VIABAHIA VB_GEC_0364_2020__Suspensao_de_prazos__AI_05656
<b>RDA-022</b>	Resolução ANTT n. 5.878, de 2020
<b>RDA-023</b>	Decreto Legislativo nº 06, de 2020
PETIÇÃO 2- MANIFESTAÇÃO SOBRE A COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL ARBITRAL E REVOGAÇÃO DAS LIMINARES	
<b>RDA-024</b>	Processo Administrativo 50500.138330-2017-61 - cláusula arbitral



<b>RDA-025</b>	Relatório de Fiscalização do TCU (TC 010.222/2019-7) - SIGILOSO
<b>RDA-026</b> <b>(RDA - 123)</b>	Nota Técnica nº 223-2017-GEROR-SUINF
<b>RDA-027</b>	Contestação ANTT – Processo nº 1033023-70.2019.4.01.3400
<b>PETIÇÃO 3 - MANIFESTAÇÃO SOBRE OP Nº 04</b>	
<b>RDA-028</b>	Petição 2 da Requerida – Versão pública.pdf
<b>PETIÇÃO 4 - RESPOSTA ÀS ALEGAÇÕES INICIAIS</b>	
<b>RDA-029</b>	Petição Inicial VIABAHIA – processo 1009371-92.2017.4.01.3400
<b>RDA-030</b>	Nota Informativa SEI nº 181/2020/NAM/DG/DIR
<b>RDA-031</b>	Nota Técnica SEI nº 4044/2020/GT/ARBITRAGEM/GEENG/SUOD/DIR
<b>RDA-032</b>	Dissertação Rangel (2017)
<b>RDA-033</b>	Matéria Valor Econômico - Concessões vão exigir reequilíbrio de caixa
<b>RDA-034</b>	Documento Diagnóstico
<b>RDA-035</b>	Carta AST nº 21/2017
<b>RDA-036</b>	Contrato de Concessão ECOSUL
<b>RDA-037</b>	Parecer n. 01751/2016/PF-ANTT/PGF/AGU
<b>RDA-038</b>	Nota Técnica SEI nº 4043/2020/GT
<b>RDA-039</b>	Nota Técnica nº 08/2019/GEFIR/SUINF
<b>RDA-040</b>	Nota técnica nº 040/2016/GEINV/SUINF
<b>RDA-041</b>	Proposta de Projeto de Pesquisa RDT ECOPONTE
<b>RDA-042</b>	Ofício CMB nº 003/19
<b>RDA-043</b>	Processo SEI nº 50500.418613/2016-11
<b>RDA-044</b>	Relatório de Análise de Projeto nº 205/2016
<b>RDA-045</b>	Fls. 13v do Relatório de Análise de Projeto nº 205/2016
<b>RDA-046</b>	Nota Técnica nº 049/2017/GEINV/SUINF
<b>RDA-047</b>	Resolução ANTT nº 1.187/2005
<b>RDA-048</b>	Nota Técnica nº 221/2016/GEROR/SUINF
<b>RDA-049</b>	Ofício nº 903/2018/GEFIR/SUINF
<b>RDA-050</b>	Convênio entre a VIABAHIA e a PRF
<b>RDA-051</b>	Extrato da celebração do Convênio nº 001/2011
<b>RDA-052</b>	Nota técnica nº 023/2012/GEINV/SUINF
<b>RDA-053</b>	Relatório da área técnica TC 010.125/2019-1



<b>RDA-054</b>	Memorando nº 036/2018/SUINF
<b>RDA-055</b>	Resolução ANTT nº 5.850/2019
<b>RDA-056</b>	Anexo 1 do Contrato de Concessão VIABAHIA - Termo de Arrolamento de Bens
<b>RDA-057</b>	Anexo 2 do Contrato de Concessão VIABAHIA - PER
<b>RDA-058</b>	Anexo 3 do Contrato de Concessão VIABAHIA -
<b>RDA-059</b>	Anexo 4 do Contrato de Concessão VIABAHIA - Seguro-garantia
<b>RDA-060</b>	Anexo 5 do Contrato de Concessão VIABAHIA - Desconto de Reequilíbrio
<b>RDA-061</b>	Anexo 6 do Contrato de Concessão VIABAHIA - Composição Societária
<b>RDA-062</b>	Anexo 7 do Contrato de Concessão VIABAHIA - IBAMA
<b>RDA-063</b>	Contrato de Concessão ViaSul
<b>RDA-064</b>	Acórdão nº 283/206-TCU-Plenário
<b>RDA-065</b>	Acórdão nº 1174/2018-TCU-Plenário
<b>RDA-066</b>	Instrução Técnica do TC 031.985/2016-5
<b>RDA-067</b>	Parecer Técnico nº 180/2018/GEFIR/SUINF
<b>RDA-068</b>	Relatório Monitoração Pavimento com massapê - Histórico Massapê
<b>RDA-069</b>	Relatório Monitoração Pavimento com massapê - Dinâmica de intervenções
<b>RDA-070</b>	Relatório Monitoração Pavimento com massapê - Intervenções realizadas
<b>RDA-071</b>	Relatório Monitoração Pavimento com massapê - Análise km 2015
<b>RDA-072</b>	Relatório Monitoração Pavimento com massapê - Análise do km 2019
<b>RDA-073</b>	Relatório Monitoração Pavimento com massapê
<b>RDA-074</b>	Relatório Monitoração Pavimento com massapê
<b>RDA-075</b>	Processo Monitoração Pavimento com massapê (Parte 1)
<b>RDA-076</b>	Processo Monitoração Pavimento com massapê (Parte 2)
<b>RDA-077</b>	Processo Administrativo Sancionador nº 50500.107335/2012-37 (AI nº 5027)
<b>RDA-078</b>	Processo Administrativo Sancionador nº 50535.003945/2014-27 (AI nº 5082)
<b>RDA-079</b>	Processo Administrativo Sancionador nº 50535.004387/2014-17 (AI nº 5086)
<b>RDA-080</b>	Processo Administrativo Sancionador nº 50535.004386/2014-72 (AI nº 5087)
<b>RDA-081</b>	Fls. 20 Ofício nº 312/2012/COINF/URBA



<b>RDA-082</b>	Fls. 21-21v Ofício nº 317/2012/COINF/URBA
<b>RDA-083</b>	Resolução ANTT nº 4.071/2013
<b>RDA-084</b>	Fls. 139 Despacho GEFOR 03.02.2015 PA nº 50500.107335/2012-37 (AI nº 5027)
<b>RDA-085</b>	Parecer Técnico nº 148-2018/GEFOR/SUINF
<b>RDA-086</b>	Fls. 132 Despacho GEFOR 13.09.2017 PA nº 50535.003945/2014-27
<b>RDA-087</b>	Fls. 84 Despacho GEFOR 13.09.2020 PA nº 50535.004387/2014-17 (AI nº 5086)
<b>RDA-088</b>	Fls. 90 Despacho GEFOR 13.09.2017 PA nº 50535.004386/2014-72 (AI nº 5087)
<b>RDA-089</b>	Portaria nº 184/2018/SUINF/ANTT
<b>RDA-090</b>	Portaria nº 28/2019/SUINF/ANTT
<b>RDA-091</b>	Portaria nº 216/2019/SUINF/ANTT
<b>RDA-092</b>	Ofício Circular nº 011/2018/SUINF
<b>RDA-093 (RDA-011)</b>	Resolução nº 5.859/2019
<b>RDA-094</b>	Portaria n.º 130/2015/SUINF
<b>RDA-095</b>	Resolução ANTT nº 5.810/2018
<b>RDA-096</b>	Nota Técnica nº 1770/2019/COAMB/GEENG/SUINF/DIR
<b>RDA-097</b>	Nota Técnica SEI nº 1678/2020/COAMB/GEENG/SUINF/DIR
<b>RDA-098</b>	Portaria n.º 247/2014/SUINF
<b>RDA-99</b>	Resolução ANTT nº 5.888/2020
<b>RDA-100</b>	Ofício SEI nº 12209/2020/GEENG/SUROD/DIR/ANTT
<b>RDA-101</b>	Aviso de Audiência Pública nº 05/2019 da ANTT
<b>RDA-102</b>	Relatório a Diretoria SEI n.º 897-2019
<b>RDA-103</b>	Relatório Final da Audiência Pública nº 05/2019 da ANTT
<b>RDA-104</b>	Voto DEB nº 361/2019
<b>RDA-105</b>	Resolução ANTT nº 3.651/2011
<b>RDA-106</b>	Relatório TC 028.343/2017-4
<b>RDA-107</b>	Voto Ministro Bruno Dantas TC 028.343/2017-4
<b>RDA-108</b>	Acórdão nº 2.185/2017/TCU-Plenário
<b>RDA-109</b>	Ofício Circular nº 05/2018/GEFOR/SUINF
<b>RDA-110</b>	Ofício Circular nº 09/2018/GEFOR/SUINF



<b>RDA-111</b>	Parecer Técnico nº PT-0399/2020/GEENG/SUINF/R00
<b>RDA-112</b>	Termo de Execução Descentralizada - TED nº 003/2018
<b>RDA-113</b>	Nota Técnica nº 035/2014/GEINV/SUINF
<b>RDA-114</b>	Decisão GEFOR nº 036/2015
<b>RDA-115</b>	Resolução ANTT nº 5.250/2016
<b>RDA-116</b>	Processo Administrativo Sancionador nº 50500.402719/2015-11
<b>RDA-117</b>	Resolução ANTT nº 5.819/2018
<b>RDA-118</b>	Memorando nº 1.606/2013/GEINV/SUINF
<b>RDA-119</b>	Memorando nº 278/2016/GEPRO/SUINF
<b>RDA-120</b>	Parecer Técnico nº 1.179/2016/GEPRO/SUINF
<b>RDA-121</b>	Memorando nº 313/2016/GEPRO/SUINF
<b>RDA-122</b>	Memorando nº 341/2016/GEPRO/SUINF
<b>RDA-123 (RDA-26)</b>	Nota Técnica nº 223/2017/GEROR/SUINF
<b>RDA-124</b>	Resolução ANTT nº 5.656/2018
<b>RDA-125</b>	Memorando nº 1.761/2013/GEINV/GEINV/SUINF
<b>RDA-126</b>	Nota Técnica nº 190/2015/GEROR/SUINF
<b>RDA-127</b>	Carta VB-GEC 0139/2010
<b>RDA-128</b>	Ofício nº 0523/2010/GEFOR/SUINF
<b>RDA-129</b>	Memorando nº 276/2015/GEFOR/SUINF
<b>RDA-130</b>	Memorando nº 272/2015/GEFOR/SUINF
<b>RDA-131</b>	Carta VB-GEC 0229/2010
<b>RDA-132</b>	Memorando nº 391/2016/GEPRO/SUINF
<b>RDA-133</b>	Resolução ANTT nº 4.950/2015
<b>RDA-134</b>	Processo Administrativo Sancionador nº 50500.018404/2010-77
<b>RDA-135</b>	Resolução ANTT nº 5.624/2017
<b>RDA-136</b>	Resolução ANTT nº 5.624/2017 (Retificação DOU)
<b>RDA-137</b>	Deliberação nº 1.033/2019
<b>RDA-138</b>	Nota Técnica SEI nº 3070-2019-GEFIR-SUINF-DIR
<b>RDA-139</b>	Nota Técnica n.º 362/2014/SUINF
<b>RDA-140</b>	Acórdão nº 290-2018-TCU-Plenário
<b>PETIÇÃO 6 - TRÉPLICA</b>	



<b>RDA-141</b>	Parecer Técnico nº 024/2013 (Processo 50500.115502/2013-11)
<b>RDA-142</b>	Parecer Técnico nº 076/2015/GEINV/SUINF, de 25/03/2015
<b>RDA-143</b>	Processo nº 50500.198398/2014-56
<b>RDA-144</b>	Parecer nº 7/2019/COINFA/URBA
<b>RDA-145</b>	Relatório de Vistoria, realizada entre 15 e 17/05/2019
<b>RDA-146</b>	TC nº 019.671/2014-8 (TCU)
<b>RDA-147</b>	Nota Informativa SEI nº 399/2020/NAM/DG/DIR
<b>RDA-148</b>	Carta VB-GEC-1275/2016 (processo nº 50500.374566/2016-88)
<b>RDA-149</b>	Carta VB-GEC-0204/2017
<b>RDA-150</b>	Carta VB-GEC-0540/2017
<b>RDA-151</b>	Carta VB-GEC-0809/2017, de agosto de 2017
<b>RDA-152</b>	Carta VB-GEC-0910/2017 (processo nº 50500.406330/2017-07)
<b>RDA-153</b>	Carta VB-GEC-0911/2017 (processo nº 50500.406329/2017-74 )
<b>RDA-154</b>	Revisão e Reajuste da Tarifa de Pedágio anos 2019, 2018, 2017 e 2016
<b>RDA-155</b>	VOTO DDB 62/2020
<b>RDA-156</b>	Acórdão nº 2961/2009 (TC 016.189/2008-9)
<b>RDA-157</b>	Ata da 792ª Reunião da Diretoria Colegiada da ANTT
<b>RDA-158</b>	Memorando nº 1083/2018/SUINF
<b>RDA-159</b>	Nota Técnica nº 03/2012/COINF/URBA
<b>RDA-160</b>	Nota Técnica SEI nº 3943/2020/GT – ARBITRAGEM/GEENG/SUROD/DIR
<b>RDA-161</b>	Parecer Técnico nº 040/2015/SUINF, de 02/02/2015 (Processo nº 50535.003620/2014-44 )
<b>RDA-162</b>	Nota Informativa nº 117/2014/SUINF, de 22/10/2014
<b>RDA-163</b>	Parecer Técnico nº 783/GEPRO/SUINF/2017, de 22/08/2017
<b>RDA-164</b>	Ofício nº 2787/2014/SUINF, de 17/09/2014
<b>RDA-165</b>	Parecer Técnico nº 770/2017/GEPRO/SUINF, de 21/08/2017
<b>RDA-166</b>	Parecer Técnico nº 243/2015/GEINV/SUINF
<b>RDA-167</b>	Ofício nº 5/2018/DOUT/SNTTA
<b>RDA-168</b>	Memorando nº 487/GEFOR/SUINF
<b>RDA-169</b>	Resolução ANTT nº 3.085, de 02/04/2009
<b>RDA-170</b>	Resolução ANTT nº 3.247, de 01/09/2009
<b>RDA-171</b>	Memorando nº 1620/2016-GAB-SR/BA do DNIT





<b>RDA-172</b>	Ofício nº 755/2011/GEINV/SUINF, de 10/05/2011 (processo nº 50500.038625/2011-42)
<b>RDA-173</b>	Carta VB-GEC-0153/2011 de 06/05/2011
<b>RDA-174</b>	Processo número SEI 50535.000071/2020-02
<b>RDA-175</b>	Carta VB-GEC 0130/2019
<b>RDA-176</b>	PARECER n. 00778/2018/PF-ANTT/PGF/AGU
<b>RDA-177</b>	Ofício nº 0008/2018/GEREF/SUINF
<b>RDA-178</b>	Notificação Nº 001/2010/CVTI, datada de 20 de maio de 2010
<b>RDA-179</b>	Carta VB-GEC-0131/2010
<b>RDA-180</b>	Memorando Circular nº 050/2014/SUINF
<b>RDA-181</b>	Parecer Técnico nº 287/2014/SUINF
<b>RDA-182</b>	Ofício SEI Nº 12644/2019/GEFIR/SUINF/DIR-ANTT
<b>RDA-183</b>	Nota Técnica nº 4509/2019/GEFIR/SUINF
<b>RDA-184</b>	Parecer Técnico nº 132/2018/GEFOR/SUINF
<b>RDA-185</b>	Nota Técnica nº 49/2016/GEROR/SUINF;
<b>RDA-186</b>	TC 010.680/2018-7
<b>RDA-187</b>	Parecer nº 00959/2019/PF-ANTT/PGF/AGU (Processo nº 50500.202870/2016-24)
<b>RDA-188</b>	Carta VB-GEC-0153/2020
<b>RDA-189</b>	Despacho SUOD 4027344
<b>RDA-190</b>	Parecer Técnico nº 099/2015/COINF-URBA/SUINF
<b>RDA-191</b>	Resolução ANTT 5.083/2016
<b>RDA-192</b>	Resolução ANTT 2.665/08
<b>RDA-193</b>	Parecer Técnico nº 076/2019/GEFIR/SUINF
<b>RDA-194</b>	Portaria SUINF nº 034/2015
<b>RDA-195</b>	Ofício SEI nº 12334/2019/COINFBA/URBA-ANTT
<b>RDA-196</b>	Acórdão TCU 1447/2018
<b>RDA-197</b>	Carta VB-GEC-0750/2019 (Processo nº 50500.372648/2019-31)
<b>RDA-198</b>	Ofício Circular nº 014/2018/GEENG/SUINF
<b>RDA-199</b>	Nota Técnica SEI Nº 571/2019/SUEXE/DIR
<b>RDA-200</b>	Nota Técnica SEI Nº 580/2019/SUEXE/DIR
<b>RDA-201</b>	Processo nº 50501.299381/2018-39



<b>RDA-202</b>	Processo nº 50500.334294/2019-26
<b>RDA-203</b>	Parecer Técnico nº 339/2018/GEFIR/SUINF, de 19/12/2018
<b>RDA-204</b>	Parecer nº 00339/2020/PF-ANTT/PGF/AGU
<b>RDA-205</b>	Despacho SUROD 4050659
<b>RDA-206</b>	Parecer Técnico nº 0104/2019/GEENG/SUINF
<b>RDA-207</b>	Carta VB-GEC-0093/2019
<b>RDA-208</b>	Ofício Circular nº 002/2019/SUINF
<b>RDA-209</b>	Despacho GEFIR 4054011, de 29/08/2019
<b>RDA-210</b>	Despacho COINFBA 4054015, de 05/09/2019
<b>RDA-211</b>	Ofício SEI 4054016
<b>RDA-212</b>	Ofício SEI 4054018
<b>RDA-213</b>	Nota Técnica nº 156/2019/GEFIR/SUINF/DIR
<b>RDA-214</b>	Despacho SUROD 4037642
<b>RDA-215</b>	DNIT PRO 273/96
<b>RDA-216</b>	RELATÓRIO MONITORAÇÃO PAVIMENTO - CONSÓRCIO CEPPLA ALTA AMBIENTE BRASIL
<b>RDA-217</b>	RCA nº 052/2014
<b>RDA-218</b>	Acórdão 2104/2008
<b>RDA-219</b>	Projeto Executivo da Requerente
<b>RDA-220</b>	Despacho GEFIR 5101435
<b>RDA-221</b>	Parecer Técnico 249/2016/GEINV/SUINF
<b>RDA-222</b>	Ofício SEI nº 10778/2019/GEFIR/SUINF/DIRANTT, de 27/08/2019
<b>RDA-223</b>	Relatório Complementar Supervisora
<b>RDA-224</b>	Sentença Parcial de Mérito no Procedimento Arbitral 23433/GSS/PFF
<b>RDA-225</b>	Decisão sobre pedido de esclarecimentos – Caso Galvão
<b>PETIÇÃO 7 DA REQUERIDA - MANIFESTAÇÃO SOBRE A OP 7</b>	
<b>RDA-226</b>	Extrato de peças relativo ao Processo TC 010.222-2019-7
<b>RDA-227</b>	Advogados/Representantes legais habilitados nos autos do TC 010.222-2019-7
<b>PETIÇÃO 11 DA REQUERIDA - MANIFESTAÇÃO SOBRE A REVISÃO QUINQUENAL</b>	
<b>RDA-228</b>	Parecer nº 0078/2021/PF-ANTT/PGF/AGU
<b>RDA-229</b>	Ofício SEI nº 18474/2019/GEFIR/SUINF/DIR-ANTT



<b>RDA-230</b>	Ofício nº 9006/2021/SUROD/DIR-ANTT
<b>RDA-231</b>	Nota Técnica nº 1876/2021/GEFIR/SUROD/DIR
<b>PETIÇÃO 12 DA REQUERIDA – MANIFESTAÇÃO EM ATENDIMENTO À OP 11</b>	
<b>RDA-232</b>	Sentença em sede de embargos de declaração na ação ordinária nº 1009371-92.2017.4.01.3400
<b>PETIÇÃO 13 DA REQUERIDA – MANIFESTAÇÃO EM ATENDIMENTO À OP 11 SOBRE PROCESSO DE REVISÃO QUINQUENAL</b>	
<b>RDA-233</b>	Ofício SEI nº 14870/2020/SUROD/DIR-ANTT
<b>RDA-234</b>	Despacho CIPAC 6761993
<b>PETIÇÃO 14 DA REQUERIDA – SEGUNDA MANIFESTAÇÃO EM ATENDIMENTO À OP 11</b>	
<b>RDA-235</b>	Pedido de expedição de Certidão pela Corte de Contas, de 08 de junho de 2021
<b>PETIÇÃO 15 DA REQUERIDA – MANIFESTAÇÃO SOBRE O RDA-025</b>	
<b>RDA-236</b>	Ofício 31536/2021-TCU/Seoproca e a Certidão nº 52/2021 anexa
<b>PETIÇÃO 16 DA REQUERIDA – MANIFESTAÇÃO EM ATENDIMENTO À ORDEM PROCESSUAL Nº 15</b>	
<b>RDA-237</b>	Carta VIABAHIA VB-GEC-0751/2021, de 17 de junho de 2021
<b>PETIÇÃO 18 DA REQUERIDA - MANIFESTAÇÃO PARA JUNTADA DE REGISTROS DE VÍDEO</b>	
<b>RDA-238</b>	1º registro de vídeo juntado em 30 de julho de 2021 referente à rodovia BR-116.BA
<b>RDA-239</b>	2º registro de vídeo juntado em 30 de julho de 2021 referente às rodovias BR-116.BA e BR-324.BA
<b>PETIÇÃO 20 DA REQUERIDA – MANIFESTAÇÃO EM ATENDIMENTO À ORDEM PROCESSUAL Nº 19</b>	
<b>RDA-240</b>	Resolução ANTT nº 5935/2021
<b>RDA-241</b>	Despacho SUROD SEI 7417386
<b>RDA-242</b>	Despacho CIPRO SEI 7418222
<b>RDA-243</b>	Portaria 256/SUROD
<b>RDA-244</b>	Ofício SEI nº 20338/2021/SUROD/DIR-ANTT
<b>RDA-245</b>	Carta VB-GEC-1026-2021
<b>RDA-246</b>	Resolução ANTT nº 5823/2018
<b>PETIÇÃO 25 DA REQUERIDA – MANIFESTAÇÃO EM ATENDIMENTO À ORDEM PROCESSUAL Nº 22</b>	
<b>RDA-247</b>	Voto DSL 71, de 02 de dezembro de 2015
<b>RDA-248</b>	Publicação da Resolução nº 4.950, de 02 de dezembro de 2015, no DOU



<b>RDA-249</b>	Ofício nº 2691/2015/SUINF
<b>RDA-250</b>	Processo 50500.045500/2021-41
<b>RDA-251</b>	Processo 50500.055501/2021-01
<b>RDA-252</b>	Processo 50500.056483/2021-77
<b>RDA-253</b>	Processo 50500.057622/2021-80
<b>RDA-254</b>	Carta VB-GEC-1202/2020
<b>RDA-255</b>	Ofício SEI nº 17198/2020/GEFIR/SUOD/DIR-ANTT
<b>RDA-256</b>	Nota Técnica nº 4042/2020/GEFIR/SUOD/DIR
<b>RDA-257</b>	Acórdão STJ – Recurso Especial nº 1.450.434-SP
<b>RDA-258</b>	Acórdão TRF3 – Processo nº 0011747-27.2015.4.03.6102
<b>RDA-259</b>	Acórdão TJSP – Processo nº 1053865-63.2017.8.26.0053
<b>RDA-260</b>	Sentença Parcial de Mérito proferida no Procedimento Arbitral CCI nº 23932/GSS/PFF
<b>RDA-261</b>	Sentença da 24ª VFRJ - Processo nº 0012434-56.2017.4.02.5101
<b>RDA-262</b>	Mandado de Segurança nº 1054632-41.2021.4.01.3400
<b>RDA-263</b>	Relatório à Diretoria SEI nº 79/2022
<b>RDA-264</b>	Nota nº 00230/2022/PF-ANTT/PGF/AGU